



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Sindicato dos Engenheiros Técnicos Agrários
Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul
Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte
Sindicato dos Contabilistas

10 de Setembro de 1979

Entrevista com a Adjunta do Gabinete
Maria José Costa Félix

Contestam os Decretos-Leis nº 191-C/79 e 191-F/79, aprovados no Conselho de Ministros do IV Governo, em 31 de Maio.

Porque os consideram uma autêntica discriminação dos técnicos bacharéis - os quais foram remetidos para uma situação de carreira inferior à existente antes do 25 de Abril, quando os seus cursos eram considerados cursos médicos.

Além disso, porque os impossibilita de acederem a lugares de chefia, o que significa um desprezo pelas com petências profissionais.

Tentaram alertar o Governo anterior para a injustiça que a promulgação desses Decretos iria causar, mas não foram ouvidos.

Consideram extremamente grave a situação criada. A greve nacional dos bacharéis, começada com o grande plenário em Lisboa, em 20 de Julho, foi consequência da luta que resolveram encetar.

A razão pela qual pediram esta entrevista foi por que rerem esgotar agora, e de novo, junto do V Governo, a sua argumentação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-2-

Pensam que, por detraz daquilo que levou à promulgação dos ditos Decretos, está o "dedo" da Ordem dos Engenheiros.

Os 4 Sindicatos juntaram-se, na contestação directa da Secretaria de Estado da Administração Pública, por imperativos das próprias bases. Isto, em todo o país, e pela primeira vez. Não contestam o principal, mas o que não aceitam é a injustiça.

Referem que, depois de terem pedido uma audiência ao Secretário de Estado da Administração Pública, do anterior Governo, este os mandou receber por um funcionário não especialmente qualificado, no próprio dia em que foram promulgados os Decretos, pelo Presidente da República.

Consideram-se um dos grupos profissionais de Quadros que são os principais obreiros da recuperação económica do País, na medida em que constituem o verdadeiro mentor da realização prática dos programas económicos governamentais, junto das classes operária, investidora e dos locais de investigação.

Os referidos Decretos aprovaram as versões actuais dos Diplomas de Chefias e de Reestruturação de Carreiras (ex -Correcção de Anomalias), as quais causaram a maior revolta em todas as classes de bacharéis e equiparados.

Quanto ao Diploma de Chefias:

Não podem aceitar um Diploma de Chefias que lhes impeça o acesso a alguns lugares dirigentes, depois de já terem desempenhado essas funções ou de ainda se encontrarem a desempenhá-las, de forma eficiente e públicamente reconhecida como tal.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-3-

Consideram que, pelo menos, o acesso à Chefia de Divisão deveria ser possibilitada aos técnicos principais, em termos de paridade absoluta com os técnicos superiores principais.

Quanto ao Diploma de Reestruturação de Carreira (ex-Correcção de Anomalias):

Há uma revalorização das carreiras da função pública, subindo uma letra a 2 carreiras e deixando a intermédia como se encontrava; essa dita carreira é precisamente a do pessoal técnico.

Consideram que, para uma situação de justiça, à categoria principal teria de corresponder a letra E, à categoria de 1a. classe, a letra G, e à categoria de 2a. classe, a letra I.

Referem concretamente que o facto de o IV Governo ter condicionado todos os lugares de chefia à licenciatura, levou a que, por ex., na Zona da Reforma Agrária, em que não há licinciados com especialização, tivessem "agarrado" licenciados inexperientes, pondo-os a chefiar serviços que se mantem devido ao apport dado por pessoal técnico (o que parece, de facto, ser uma situação um pouco anómala). Não se compreende que serviços preparados por engenheiros técnicos agrários sejam depois entregues a licenciados.

Consideram que a estrutura estatal só terá a ganhar com o que eles pretendem, e que se trata de um acto de pura gestão.

Por fim, afirmaram que, apesar de serem recebidos por alguém do Gabinete da Primeira Ministra, e de acreditarem que

